

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIREDENTOR
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

POR

MARIA LUIZA QUITETE

Itaperuna
2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR - UNIRENTOR
CURSO: SERVIÇO SOCIAL

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Por

MARIA LUIZA QUITETE DA SILVA

Monografia apresentada à
UniRedentor como parte dos
requisitos para a obtenção do
título de bacharel em Serviço
Social.

Orientador(a): Ricardo William Guimarães Machado

Itaperuna
2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Acadêmico/a: Maria Luiza Quitete da Silva

Título: ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Objetivo: Bacharel em Serviço Social

Instituição: UniRedentor

Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ricardo William Guimarães Machado
Orientador
UniRedentor

Prof. Esp. Ariana Costa Paschoal
Membro avaliador
UniRedentor

Prof. Esp. Leticia Lucia Silva Santos
Membro avaliador
Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha **Tia Rayane Maciel Quitete** que me ajudou a perceber que sou muito mais forte e capaz do que eu imaginava.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos obstáculos encontrados ao longo do curso.

Em especial a minha Tia Rayane Maciel Quitete (*in memoriam*) vítima do Covid-19 no período que eu estava escrevendo esta monografia, que antes da sua partida sempre me apoiou foi meu refúgio e escudo nos momentos difíceis que enfrentei, sempre me deu forças para seguir em frente. Quando receber o meu diploma sei que o céu ficara em festa e sentirei você ao meu lado sorrindo e feliz. As minhas lágrimas será a expressão da minha gratidão e saudade do seu carinho, você vivera para sempre no aconchego do meu coração.

Aos meus pais, Elania Quitete, Ricardo Gomes e minhas irmãs, Ana Clara e Melyssa por sempre me incentivarem e acreditarem que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou e por compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. E também a toda a minha amada família por ser fonte inesgotável de incentivo e amor.

Agradeço aos meus queridos amigos por todo apoio, presença e cuidado diante a minha ausência.

A minha amiga Beatriz Oliveira que foi meu porto seguro durante a graduação foi quem eu divido os momentos bons e ruins da minha vida.

A toda equipe do Caps Ad- Dr. Ari Viana Campos dos Goytacazes em especial a minha Supervisora de Estagio Adriana Lopes por me aceitar de abraços aberto e compartilhar comigo seus conhecimentos e pratica profissional.

A todos os professores porque sem eles jamais teria conseguido. Foram eles que me fizeram acreditar que era possível, em especial a professora Natalia Soares.

Ao professor Ricardo William Guimarães Machado, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Aos membros da Banca Examinadora por cortesmente aceitaram participar e contribuir para o enriquecimento da monografia.

E por fim a todos que participaram direta ou indiretamente do desenvolvimento desta monografia, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, no mínimo fará coisas admiráveis”. José de Alencar

RESUMO

A violência ganha mais relevância com os movimentos de prevenção e atenção especializada a partir da década de 1980, em consequência do reconhecimento do aumento substancial das taxas de morbimortalidade infantil. A etiologia do abuso sexual infantil não é bem elucidada; entretanto, acredita-se que há uma interação entre os fatores que podem predispor à prática da violência intrafamiliar. O presente estudo tem como tema o abuso sexual contra a criança e o adolescente e mediante os inúmeros desafios nos debruçamos à pesquisa para quais as contribuições do Assistente Social no enfrentamento do Abuso sexual infantil no Brasil possuindo o objetivo de analisar as contribuições do Assistente Social no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro. A pesquisa para a produção do trabalho sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes foi de caráter descritivo com abordagem qualitativa dos dados, utilizando a base de dados disponível na modalidade de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Violência sexual; Criança e adolescente; Serviço Social.

ABSTRACT

Violence gains more relevance with prevention and specialized care movements since the 1980s, as a result of the recognition of the substantial increase in child morbidity and mortality rates. The etiology of child sexual abuse is not well understood; however, it is believed that there is an interaction between the factors that may predispose to the practice of intrafamily violence. The present study has as its theme the sexual abuse against children and adolescents and, through the numerous challenges, we focused on the research to what contributions the Social Worker in confronting child sexual abuse in Brazil has the objective of analyzing the contributions of the Social Worker in confronting sexual abuse against children and adolescents in the Brazilian context. The research for the production of work on sexual abuse against children and adolescents was descriptive with a qualitative approach to data, using the database available in the form of a bibliographic review.

Keywords: Sexual violence; Child and teenager; Social service.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1	INTRODUÇÃO	9
		
1.1	Objetivos	9
		
1.2	Metodologia	10
		
1.3	Justificativa	10
		
1.4	Problemática	10
		
1.5	Estrutura do Trabalho	10
		
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
		
2.1	Breve relato sobre abuso sexual contra criança e adolescente.....	11
2.2	Um debate sobre violência	11
		
2.3	Abusos sexuais no Brasil	15
		
2.4	Serviço Social, Políticas e Direitos	19
		
3	DADOS E REALIDADE ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL	25
		
3.1	Metodologia executada	25
		
3.2	Resultados	26
		

3.3	Discussão	34
		
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
		
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
		

1 INTRODUÇÃO

A prática de violência contra crianças, maus tratos, abandono, negligência, abuso, exploração sexual comercial, trabalho infantil, dentre outras não é recente, entretanto sua visibilidade vem obtendo novos contornos, principalmente, na proporção e extensão que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, no Brasil. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vêm contribuindo para que se torne visível uma condição, antes de tudo, de violação dos Direitos Humanos, conforme Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. (MONTEIRO, 2009)

O estudo analisa o abuso sexual contra as crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, em seu artigo 5º estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Contudo, há muitas crianças sofrendo violência de natureza física, sexual e psicológica, assim como negligência/abandono. (BRASIL, 2006).

As crianças, por sua própria natureza, mostram, por meio de suas ações, o que pensam e o que sentem, e o papel dos pais é orientar e proteger, permitindo sempre a expressão de sentimentos. Nessa trajetória, as condições do meio circulante são fundamentais, e o afeto e a proteção do adulto têm papel de destaque para que a criança possa desenvolver-se em sua plenitude livre de abusos e violências. (DUPAS, 1997).

Portanto, a profissão de Serviço Social trabalha com o contexto social da violência sexual sendo dever a ser pautada nas Leis que dispõe sobre os direitos da criança e adolescente, seus trabalhos são direto e indiretamente com as vítimas de violência sexual em vários âmbitos e dispositivos como na Saúde, Assistência Social e Conselhos Tutelares.

1.1 Objetivos

Diante do exposto acima, nos debruçamos em investigar as contribuições do Assistente Social no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto brasileiro.

1.2 Metodologia

Com intuito de atingir os objetivos propostos utilizamos o método qualitativo, por meio da pesquisa bibliográfica que conforme esclarece Boccato (2006, p. 266), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

1.3 Justificativa

O tema é de muita importância para o Serviço Social, em razão que o assistente social trabalha com a garantia e a efetivação dos direitos dos cidadãos, os números de violência são elevados em toda história da humanidade. A relevância desta pesquisa justifica-se pela contribuição para o contexto da família e sociedade no sentido de apresentar as demandas e as atribuições do profissional de Serviço Social no enfrentamento o abuso sexual de criança e adolescente.

1.4 Problemática

A Questão norteadora do problema de pesquisa foi abordada as contribuições do assistente social no enfrentamento do abuso sexual a criança e adolescente na fase da infância no Brasil.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está organizado em quatro partes: esta seção introdutória, dois capítulos e as considerações finais. O capítulo 2 trata de uma breve história do abuso sexual contra criança e adolescente trazendo o que é abuso sexual de forma geral e em relação à criança e ao adolescente, fazendo um debate sobre a violência e por fim tratando acerca do perfil das vítimas e agressões e algumas constituições do Serviço Social. O capítulo 3 aborda a metodologia executada nesta pesquisa, seus resultados e as discussões desenvolvidas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Breve relato sobre abuso sexual contra criança e adolescente.

O Brasil estabeleceu em carta magna os direitos para criança e adolescente. Contudo, mesmo com várias conquistas, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, esse público ainda são as maiores vítimas de violência seja intrafamiliar ou extrafamiliar.

O Ministério da Mulher da família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou um levantamento do ano de 2019 de um dos meios de denúncia de abuso sexual que é o disque 100 em que neste ano foram feitos 159 mil registros. Este levantamento mostra que as violações de direito às crianças e aos adolescentes teve um aumento de 14% em relação ao ano de 2018. A violência sexual corresponde a 11% das denúncias ocorreu uma queda foi mínima de apenas 0,3% em relação ao ano de 2018. (BRASIL, 2020)

O levantamento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2020) permitiu identificar que as violências sexuais acontecem 73% dos casos na própria casa da vítima ou do suspeito 40% das denúncias são de pai ou padrasto esse tipo de violência sexual é conhecido como intrafamiliar. Com registro de 87% os suspeitos agressores são do gênero masculino, com idade entre 25 a 40 anos em 62% dos casos. Já maiorias das vítimas são adolescentes entre 12 a 17 anos do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas.

O abuso sexual que impede o bom desenvolvimento físico e mental das crianças e adolescentes, a negligencia é encontrado em todos os níveis socioeconômicos e culturais, possuindo a sociedade o dever de falar pela dignidade da criança e do adolescente para que estes fiquem salvos de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor.

2.2 Um debate sobre violência.

A violência é um fato sócio histórico que sempre fez parte da experiência humana. A violência e suas repercussões podem ser vistas de várias formas. A cada ano milhares de pessoas perdem a vida ou sofrem vários ferimentos resultantes de violência. (MINAYO, 2005).

A violência é toda ação que prejudique o bem-estar psicológico, a integridade, a liberdade e/ou direito de qualquer pessoa podendo ser membro da família ou não. Existem diversas formas como física, sexual, psicológica, moral, patrimonial, constantemente as vítimas sofrem vários tipos ao mesmo tempo. (ALMEIDA; LOURENÇO, 2012).

Conforme Minayo (2005) há uma grande dificuldade em conceituar a violência por ela ser um fenômeno vivido das quais as manifestações provocam ou são provocados por uma grande carga emocional de quem sofre, comete ou presencia.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002) a violência pode ser compreendida como uso intencional da força física ou de poder como ameaça contra a si próprio ou outra pessoa e até mesmo contra um grupo que é resultam danos como lesão, morte, danos psicológicos e outros.

Esses danos são incalculáveis pelas vítimas e seus familiares. Os homens e jovens são os que mais cometem violência, isto porque os fatores culturais geram grande violência como machismo, questão étnica, racial e de classe. As tipologias da violência são auto infligida, interpessoais e coletivas. (MINAYO, 2005).

A violência autoinfligida se refere ao comportamento violento que ocorre quando uma pessoa se envolve conscientemente em comportamento autodestrutivo que pode ser suicídio e automutilação. A primeira categoria abrange pensamentos de suicídios, tentativa de suicídio e suicídio em si, em contrapartida a automutilação inclui comportamentos como autoagressões. (VELOSO *et al*, 2017).

A violência interpessoal é dividida em intrafamiliar que é quando ocorre entre membros da família, parceiros íntimos é ocorre de várias formas de agressão que acontece contra criança, mulheres, idoso e homem. A violência comunitária é a que ocorre no ambiente social entre conhecidos e desconhecidos, suas expressões são como agressões físicas, estupros, violência institucional entre outros. E a violência coletiva são atos violentos que acontecem em âmbitos macrossociais, políticos e econômicos crimes cometidos por grupo, organização, crimes de multidões e atos terroristas. (MINAYO 2005).

Conforme Rosenda, Junior e Czapski (2019) a violência é considerada como um fenômeno humano e social ou histórico. A violência engloba todas as classes e segmentos sociais, ela pode ser vista de diversas formas desde física até a moral e com surgimento de vários novos tipos com a evolução humana. Há muitos anos a violência só era marcada pelo caráter físico, mas com o passar do tempo, novas

formas surgiram como violência psicológica, violência contra mulheres, crianças e adolescente, violência sexual, violência urbana e muitos os tipos.

A violência contra criança e adolescente é reconhecida como um grande problema de saúde pública e de Direito Humanos, constitui-se em toda forma de maus tratos que aconteça em uma relação de responsabilidade ou poder que resulte em danos na saúde, desenvolvimento e dignidade da criança e adolescente. Há uma grande rede de proteção como Educação, Assistência Social, Saúde, Segurança Pública, Justiça, Conselhos Tutelares, Centro de Referência de Assistência Social, Vara da Infância e Juventude entre outras que tem objetivo de atender a necessidades e tratar as consequências da violência. (MACEDO *et al*, 2019).

A violência contra mulher acontece com maior ênfase no espaço familiar e praticamente muitas vezes pelos seus companheiros. Algumas violências que as mulheres sofrem são verbal, física, moral e sexual. Uma decorrência dessas violências é o assassinato de mulheres cometidos em função de gênero e condição de vulnerabilidade, com o número grande de assassinatos no Brasil motivou a criação da Lei 13.104/2015 que qualificou esse crime com Feminicídio.

A violência institucional trata de atender a necessidades e tratamentos das consequências da cometida pelos órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos sendo uma violência silenciosa que passa despercebida pela vítima e muitas das vezes pelo agressor, essa violência pode ser percebida nas instituições públicas com a falta de médicos, policiamentos nas ruas e vários outros tipos de situações. (ROSENDA; JUNIOR; CZAPSKI, 2019).

Segundo Facuri *et al* (2013) a violência sexual é um fenômeno universal, onde não há restrição de sexo, idade, etnia ou classe social. Há um diferente contexto da história da humanidade mesmo que atinja todos os gêneros, as mulheres são as principais vítimas em qualquer período de sua vida, mas as adolescentes apresentam mais risco de sofrer esse tipo de agressões.

A violência contra mulheres acontece por vários tipos de agressões como física, psicológica, sexual e entre outra que pode acabar em por homicídio sendo chamado de Feminicídio. O Feminicídio é o nome dado ao crime de assassinato de mulheres pelo simples fato de serem mulheres, este assassinato de mulher por homens são motivados pelo ódio, prazer, desprezo e sentimento de propriedade este crime não ocorre apenas no ambiente doméstico e familiar pode ser ocorre por desconhecido também, as mortes provocadas por estupro, mutilações,

espancamento e perseguições também inclui no Feminicídio. (MENEGBEL; PORTELLA, 2017, p.3079).

A violência sexual tem consequência arrasadora no âmbito físico e mental em curto e longo prazo, junto com a consequência física imediata está a gravidez e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's). De acordo com Nascimento (2017) as IST's se referem ao contato sexual com pessoa infectada por meio de sangue ou contato vertical entre parceiros. As IST's podem progredir com as outras doenças sem apresentar sintomas.

Algumas dessas doenças são sífilis que transmitida pelo contato com feridas de pessoas infectadas e pode ser transmitida de forma unilateral de mãe para filhos causando cegueira e problemas cardíacos, outra doença é AIDS que é causada pela infecção pelo HIV e compromete o funcionamento do sistema imunológico o contágio acontece por seringas, relação sexual sem preservativo ou de mãe para filhos por meio da gestação entre outros tipos de doença sexualmente transmissíveis.

Pessoas com histórico de violência sexual têm maior chance de sintomas psiquiátricos, em especial depressão, pânico, tentativa de suicídio, abuso e dependência de substâncias psicoativas. (FACURI *et al*, 2013).

Conforme a magnitude do problema que viola os direitos humanos e ao impacto físico, psíquico e social, a violência sexual foi reconhecida como problema de saúde pública global em 1993 pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS). Concomitantes muitas ações foram instaladas para estimular o estudo sobre a violência sexual e propor intervenções relativas à prevenção da agressão, atendimento adequado, humanizado e normatizado.

O abuso sexual é toda forma de relação sexual entre adultos e criança/adolescente com propósitos de satisfazer os desejos sexuais do adulto. Esse tipo de violência pode ocorrer mediante as ameaças físicas e verbais, onde na maioria dos casos, o agressor é conhecido da vítima ou da família.

O abuso sexual traz grandes traumas emocionais e psicológicos para quem sofre o abuso, tornando-se uma grave violação de direitos humanos, cabível de ser denunciada às autoridades. (CHILDHOOD, 2019).

2.2 Abusossexuais no Brasil.

Pereira (2017) considera a violência sexual infanto-juvenil como toda atividade de caráter sexual que envolve ou não violência física, com ou sem remuneração financeira e praticada por adultos ou em pessoas que estejam em posição de poder contra a vítima. De acordo com Neves *et al* (2010) a OMS, em 1999, declarou que a violência sexual em que a vítima é uma criança ou um adolescente se denomina abuso sexual infanto-juvenil. O abuso sexual intrafamiliar ocorre entre membros da mesma família momento ou algum membro tem autoridade sobre o indivíduo. Este tipo de violência depende de ameaças verbais e físicas para tentar impedir a sua propagação.

A violência sexual intrafamiliar geralmente é mais agressiva emocionalmente promovendo uma grande opressão na pessoa e ela sempre teme o autor da violência com medo de uma retaliação e prevê deixar em segredo porque acredita que vai ser o responsável pela desintegração familiar. As vítimas sempre se sentem culpadas e responsáveis pelo abuso. (LORDELLO; COSTA, 2020).

O abuso sexual extrafamiliar acontece fora do âmbito familiar da vítima. A forma mais comum desse crime é a exploração sexual de criança e adolescentes, esse tipo de violência ocorre com mais frequência em ambiente escolar, creche e ou com adultos que cuidam de crianças que aproveita da situação de poder, autoridade ou a força para cometer esse comportamento violento. (BAPTISTA *et al*, 2008).

Brandão, Martins e Marques (2019) relatam que a violência sexual contra criança e adolescente podem ser caracterizadas por duas formas como exploração sexual que é caracterizada pelo comércio do corpo/sexo de maneira opressiva ou não, e podem ser de várias formas como pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. A outra é o abuso sexual infanto-juvenil que tem característica de qualquer ação e interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescentes.

O abuso sexual infanto-juvenil tem o objetivo de satisfazer os desejos sexuais do agressor, e o abuso pode ser dividido em duas partes como o abuso sexual extrafamiliar que determinado como qualquer forma de atividade sexual entre um não membro da família da criança, o vitimador pode ser um conhecido ou desconhecido da família e da criança. O abusador normalmente tem acesso à criança em ocasiões de visita a família da vítima, ou quando tem grande confiança da família, contudo o abusador pode não ser conhecido da criança e os atos serem realizados fora do ambiente familiar e o intrafamiliar. É conhecido também por incesto, existe cinco formas de relações incestuosas como pai-filha, mãe-filha, irmão-irmã, pai-filho, mãe-

filho. Entretanto o abuso realizado por avos, tios, padrastos, madrastas, e primos e primas também são reconhecidos por uma relação incestuosa.

Pereira (2017) expõe que a Associação Brasileira de Proteção à Infância e a Adolescência declara que o abuso sexual infanto-juvenil pode ocorrer com ou sem contato físico: nas relações sexuais de contatos são as tentativas de penetração vaginal ou anal, carícias em órgãos genitais, masturbação e sexo oral; no abuso sexual sem contato são através de verbalização, telefonemas obscenos, exibicionismos, voyeurismo que mostrar imagem ou vídeos, fotos ou filmagem das vítimas despidos.

De acordo com Santos *et al* (2018) a violência acompanha a história da humanidade atingindo todas classes e segmentos sociais acarretando a diminuição da qualidade de vida individual e da coletividade na sociedade contemporânea, é considerado um grave problema de saúde pública em nível global. Entre todos os tipos de violência, o abuso sexual é uma preocupação constante, estimam-se que anualmente em todo o mundo cerca de 40 milhões de crianças e adolescentes sofrem o abuso sexual.

Uma pesquisa realizada no Brasil pelos autores Santos *et al* (2018) identificou que as vítimas que sofrem o abuso sexual são predominantemente do sexo feminino, da cor negra, o principal tipo de violência é o estupro e os principais agressores são do sexo masculino conhecidos da vítima ou família. Os autores entenderam que a motivação da violência sexual contra criança e adolescente não se dá apenas pelo desejo sexual, mas também pela vontade de estabelecer autoridade e domínio sobre as vítimas que ainda muitas das vezes estão em desenvolvimento físico e psicológico, em alguns casos não compreende a gravidade e os danos da violência.

As consequências da violência sexual vão depender das experiências de cada vítima, é importante que cada caso seja acompanhado e respeitado para não acabar generalizando os danos decorrentes do abuso. O abuso sexual é considerado a forma de violência mais danosa para as crianças e adolescentes, pois em muitos casos a violência física e psicológica se faz presente, com isso pode afetar o desenvolvimento das vítimas das mais variadas formas gerando danos no âmbito orgânico, emocional, social e psíquico.

Pereira (2017) nos diz que as consequências do abuso sexual infanto-juvenil podem variar de acordo com vários fatores como idade da vítima, a reação da família, atuação dos médicos e outros profissionais, outras questões são os graus de

penetração, ocorrência de violência psicológica, uso da força ou violência física entre várias outras questões. O autor também relata que as crianças e adolescentes que foram vítimas de abuso sexual podem desenvolver sintomas de depressão, transtornos de ansiedade e alimentar, baixa autoestima, baixo rendimento escolar, transtornos severos de personalidade entre outros.

A mobilização brasileira marcou o dia 18 de maio como O Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Criança e Adolescente, com slogan “Esquecer e Permitir. Lembrar e Combater.”. (PEREIRA, 2017).

A principal política pública brasileira para o enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil é o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente que tem a intenção de assegurar à proteção integral as crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual, sua finalidade é desenvolver um conjunto de ações organização de forma a permitir uma intervenção política, técnica e financeira para o combate à violência sexual infanto-juvenil. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

No Brasil os avanços conquistados com a instituição do Plano Nacional foram de extrema importância, entretanto ainda necessitam de vários ajustes nas políticas de enfrentamento a violência sexual contra criança e adolescentes.

Em concordância com Paixão *et al* (2010) nas políticas de enfrentamento ao abuso sexual infanto-juvenil existe vários desajustes como a eficácia no atendimento na saúde, são frágeis nas estratégias de enfrentamento do fenômeno na área da saúde mesmo com os investimentos realizados é notório a necessidade de ampliar e implantar novos serviços. Com esses desajustes e vários outros motivos que o índice de violência contra criança e adolescente tem dificuldade de diminuir. Percebe-se que o atendimento especializado para as crianças e adolescentes estão em construção.

Segundo Meireles e Carvalho (2018) foram criadas uma lei específica para proteção das crianças e adolescentes: a Lei nº 806.9 de 1990 que foi chamada de Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Além disso, ao longo do tempo no Brasil foram inseridos programas de atendimento articulado com prestação de serviço especializados para a garantia e efetivação dos direitos fundamentais para crianças e adolescentes. São considerados serviços de atendimento e prevenção ao abuso sexual contra criança e adolescente pela ECA sendo um conjunto de normas com objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, esses serviços são o Conselho Tutelar que é um órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo

cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, CRAS que é o Centro de Referência de Assistência Social sendo um dispositivo responsável pela proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e de risco social e CREAS que é Centro de Referência Especializado de Assistência Social é um dispositivo público que atende pessoas e famílias que estão em risco social ou tiveram seus direitos violados e também pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente esse plano consolida as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento à violência sexual infantil-juvenil.

O trabalho do conselho tutelar é complexo, pois suas demandas surgem pelo disque 100, escola, familiares, vizinhos e também por meio de audiência com o Ministério Público. Sendo assim os conselheiros após receber a denúncia se reúnem e assim vão ao endereço da denúncia para buscar solução para o caso, os pontos principais que o conselho precisa saber e o nome do agressor e da vítima e endereço do agressor e vítima. (SERAINE; ARAUJO, 2020).

Entre várias atribuições do CRAS vale destacar o diagnóstico de forma de violências, suas causas e consequências vividas pelas crianças e adolescentes, realiza atividades buscando afirmar a importância do convívio familiar e de superação atos de violência sofrida pelos usuários, viabiliza a construção de conhecimento em coletividade colabora para o crescimento pessoal para o melhor convívio social desenvolvendo habilidades visando o bem social e familiar. (CIEPLAK; MARCOMIM, 2019).

Fruto da articulação da rede de proteção e de defesa dos direitos da população infantil-juvenil brasileiro encontra como referencial os princípios defendidos pelo Estatuto da Criança e adolescente com intenção de contribuir com ações que permitissem intervenções políticas e financeiras para enfrentar o abuso sexual infantil, por meio da garantia do atendimento especializado às vítimas, de ações de prevenções, do fortalecimento do sistema de defesa e responsabilização e entre outros.

Como já vimos à violência sexual infantil-juvenil é toda atividade de caráter sexual podendo ser no ambiente familiar ou não, sendo objetivo de quem comete o abuso sexual só satisfazer seus desejos sexuais podendo ocorrer com contatos físicos ou não. Podemos perceber que tivemos grandes avanços nas políticas de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente, contudo, devemos

conhecer melhor as vítimas e os agressores para melhorar ainda mais as políticas de enfrentamento a violência sexual.

2.4 Serviço Social, Políticas e Direitos.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) no art. 2º considera criança a pessoa de até 12 anos de idade incompleto e adolescentes a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. (BRASIL, 1990). O IBGE (2019) estima que o Brasil possua uma população de 210,1 milhões de pessoas e em mais de 53 milhões tem menos de 18 anos de idades.

A fundação Childhood (2019) relata que o disque 100 informa que 92% das denúncias de violência sexual contra criança e adolescente são meninas e a população de criança e adolescentes negras demonstram a maior parte deste quantitativo. As notificações do abuso sexual infanto-juvenil são de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

Martins e Jorge (2010) apresentam que a denúncia do abuso sexual é predominantemente feito pela família como mãe, pai, irmãos, primos, tios e entre outros. Eles relatam que os indivíduos que sofrem o abuso não informam o ocorrido, e isso se justifica pela falta de estrutura psicológica da criança e adolescente para realizar a denúncia, além dela se culpabilizar por ter sido abusada.

As consequências do abuso sexual são devastadoras acarretando sequelas físicas e psicológicas e afetando também o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes, mas esses agravos podem variar de acordo com a idade do abusado, o grau da penetração e a duração da violência, a diferença de idade entre o agressor e vítima, duração do abuso sexual, o grau de parentesco da abusado com o agressor e também os tipos de ameaças que esses sujeitos sofrem. (MALGARIM; BENETTI, 2010).

Em crianças de zero a seis anos, as manifestações mais comuns resultantes da vitimização por abuso sexual caracterizam-se pela presença de ansiedade, pelos pesadelos, pelo transtorno de estresse pós-traumático e pelo comportamento sexual inapropriado; de sete a doze anos, os sintomas mais comuns abarcam o medo, os distúrbios neuróticos, a agressão, os pesadelos, os problemas escolares, a hiperatividade e o comportamento regressivo; e, finalmente, em adolescentes de treze a dezoito anos, observa-se a depressão, o isolamento, o comportamento suicida, a autoagressão, as queixas

somáticas, os atos ilegais, as fugas, o abuso de substâncias lícitas ou ilícitas e o comportamento sexual inadequado. (MALGARIM; BENETTI, 2010, p.127).

As consequências do abuso sexual podem variar de acordo com a idade das vítimas como a culpa, baixa autoestima, depressão, estresse, ansiedades até mesmo um comportamento suicida. Grandes partes dos agressores são do sexo masculino com faixa etária de 40 anos ou mais, a maior parte dos agressores são parentes de quem sofre o abuso. (MARTINS; JORGE, 2010).

O agressor é um indivíduo que tem uma conduta de ameaçar as pessoas. Entre todos os crimes o de estupro é o que mais desperta aversão social nas pessoas. A maior parte dos sujeitos que cometem crimes sexuais usam substâncias ilegais e tem a característica marcante que é usar a vulnerabilidade e imaturidade da criança/adolescente para enganá-las, assim a vítima começa a enfrentar várias confusões sensoriais como culpabilidade, medo, abandono, raiva e outros. Os agressores geralmente planejam o crime por horas, dias e meses até agir, mostrando, portanto, que os crimes sexuais não são simples. (CONSTANTINO, 2017).

A partir da Constituição Federal de 1988 a assistência social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado.

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade Pública, Estatal descentralizada da Política Social, criado com objetivo de prevenir as ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais e intrafamiliar nos territórios de abrangência, com o intuito de desenvolvimento de ações potencialmente para o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

O CRAS configura como a principal porta de entrada do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que é responsável pela organização de oferta de serviços de Proteção Social Básica, com função de gestão territorial da rede de assistência.

O Serviço Social do CRAS é responsável por realizar o mapeamento e organização da rede social e assistencial, por promover a inserção das famílias nos serviços de assistência local, promove encaminhamento da população, possibilita o desenvolvimento de ações intersetoriais que visam à sustentabilidade de forma a romper com o ciclo de exclusão social, evitando que famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situação de vulnerabilidade e riscos (PNAS 2004).

O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) faz parte dos serviços de Proteção Social nas esferas Federal, Estadual e Municipal da Política de assistência tem por objetivo de realizar o trabalho com família e indivíduos em situações de risco e violência.

O Serviço Social no CREAS é responsável por orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social, oferta orientações jurídicas, apoio a famílias, apoio a documentos pessoais e estimula a mobilização comunitária na garantia dos direitos. O CREAS contribui para as situações vivenciadas e a reconstrução de relacionamentos familiares dentro do contexto social.

O Serviço Social na Educação tem a finalidade de trabalhar no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais, assim a intervenção do assistente social é uma atividade vinculadora de informações, trabalhando em consciência, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998), que estando à frente as mudanças sociais, pode desenvolver um trabalho de articulação.

O campo Educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em várias áreas de atuação que precisa ser velado.

O Profissional de serviço social promove o encontro da realidade social do aluno, da escola, da família e da sociedade, a qual o aluno está introduzido. Uma das grandes vantagens que o assistente social pode realizar no contexto escolar é a união dos laços familiares.

No âmbito hospitalar, o assistente social pode contribuir com o desenvolvimento de processos educativos que visem a superação da visão hegemônica da compreensão da saúde-doença, através de uma prática política que, potencializa pela articulação multiprofissional, se proponha a formação da consciência. Pode-se compreender que o trabalho do assistente social está inserido dentro de um amplo aspecto de saberes inerentes ao contexto geral de Políticas Públicas que permeiam os saberes socioculturais.

Beuter (2019) ressalta que para compreender melhor a maneira como o Serviço Social se insere no trabalho com as demandas relacionadas à violência sexual infanto-juvenil, e importante expor as questões brasileiras para atuação profissional na sua relação teórica e pratica apresentando o Serviço Social de modo abrangente como categoria profissional. E necessário considerar a relação da profissão com a

reprodução das relações sociais e o enfrentamento das expressões da questão social como também as diferentes formas que a profissão se organiza para materializar o trabalho nas diferentes esferas de atuação.

Segundo Guiotti, Oliveira e Silva (2016), o Serviço Social fundamenta como objeto de trabalho a questão social e suas diversas expressões, a questão social é compreendida como uma das mazelas gerada pelo sistema capitalista, algumas dessas manifestações são desemprego, violência, pobreza e outros.

O objeto de trabalho do assistente social desfruta de um olhar amplo sobre as questões sociais considerando todas as situações dentro de um contexto, identificando todos os acontecimentos de acordo com os processos históricos sociais em que este se deu.

Dentre as variadas expressões da questão social encontra-se a pobreza, a violência, a falta de garantia dos direitos, o desemprego, a falta de acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, entre outras. Cabe ao assistente social formular e implementar propostas para o enfrentamento das expressões da questão social nos diferentes espaços sócio ocupacionais que se encontra, podendo atuar no planejamento, organização, gestão e administração de serviços, programas, projetos e benefícios sociais, bem como na assessoria de órgãos públicos, privados, em organizações não governamentais e em movimentos sociais. O profissional de Serviço Social tem suas ações realizadas a partir de um conjunto de normatizações que definem as suas atribuições privativas e competências que norteiam a sua atuação, estando devidamente regulamentadas pela Lei 8.662/1993. (BEUTER, 2019, p.18).

De acordo com Paz (2018) o profissional de Serviço Social, diante da violência sexual, compreendida como uma expressão da questão social tem sua atuação pautada nas Leis que dispõem sobre o direito da criança e do adolescente como a Constituição Federal (CF), o ECA, o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93).

Os primeiros passos de atuação profissional no campo da saúde é a escuta e a realização da triagem, e assim que o profissional vai identificar a demanda que lhe é apresentada. O trabalho do assistente social deve ser cauteloso e deve compreender que no primeiro momento a vítima apresentara outras demandas mesmo que não esteja ligada a violência sexual, visto que a vítima está inserida em um ambiente desconhecido e pode também ter dificuldades de falar o ocorrido.

Na atuação no caso de violência sexual é necessária ser pautada numa dimensão multidisciplinar e interdisciplinar para que o atendimento a vítima seja mais eficaz.

O trabalho do Serviço Social no CRAS é pautado no reconhecimento das particularidades das crianças e adolescentes, identificando suas carências e dificuldades fazendo orientações para encaminhamentos e atendimentos específicos identificando suas dificuldades individuais para incluir os usuários aos projetos apropriados as necessidades de cada um. (CIEPLAK; MARCOMIM, 2019).

O atendimento no CREAS se inicia com o encaminhamento das crianças e adolescentes, os casos são encaminhados pelos Conselhos Tutelar, Delegacia da criança e adolescente, Juizado da infância e juventude e Delegacia da Mulher. Os profissionais desse dispositivo utilizam numeração do Código Internacional de doenças com objetivo de manter o sigilo das informações.

Em seguida ao encaminhamento o responsável da criança e adolescente recebe o serviço que chamando de acolhimento este serviço é realizado pelo Assistente Social visando acolher a família e realizar a avaliação social. O profissional que realizou o acolhimento deve descrever a avaliação social como coleta de dados, analisar as dinâmicas familiares que colaboraram para a violência sexual, após esse acolhimento a criança e adolescente e/ou responsável é encaminhado ao psicólogo. (FARAJ; SIQUEIRA, 2012).

Com a entrevista realizada pelos autores Guiotti, Oliveira e Silva (2016), os assistentes sociais foram possíveis perceber que uma das formas de enfrentamento a violência sexual são ações de prevenção e informação, e necessário promover campanha estaduais e municipais; capacitação para os profissionais fazer uma melhor identificação e atuação no caso de violência; fazer um trabalho com os familiares e outros.

É de suma importância a educação a toda população sobre a questão de violência, mas do que prevenir e identificar a violência é essencial capacitação dos profissionais de Serviço Social sobre quais as ações tomarem em caso de suspeita ou confirmação de violência, o desconhecimento dos serviços de proteção as crianças e adolescente prejudicam o atendimento e garantia de identificar situação de violência, mas com despreparo, insegurança, medo e desconhecimento de como agir diante da violência acaba não auxiliando as vítimas.

Nesse contexto existe uma falta de comunicação entre as instituições que compõe a rede de serviços a proteção de criança e adolescente, por exemplo, a rede de atendimento a este caso de violência que são desarticuladas ineficientes, não oferece os serviços necessários na maioria dos municípios.

Segundo Paz (2018) os principais instrumentos utilizados pelos/as assistentes sociais no atendimento a criança ou adolescente vítima de abuso sexual são o estudo social que tem o objetivo de analisar a fundo a situação e analisar os aspectos socioeconômicos e culturais que dão base para a demanda apresentada, outro instrumento e a entrevista que permite os/as assistentes sociais tenha maior compreensão das relações entre os sujeitos e a realidade viabilizando uma melhor intervenção e facilitando a escuta, o profissional na entrevista deve ter uma postura ética e não autoritária durante a entrevista. E indispensável à utilização da escuta qualificativa no atendimento porque nessa escuta a vítima se sentira confortável para falar sobre o ocorrido e sua vulnerabilidade sem ser criticada nem classificada como culpada pela situação.

A violência Sexual é uma demanda complexa, sendo assim o profissional que trabalha com essa demanda é essencial que sempre esteja atualizado e buscando conhecimento sobre a temática para assim realizar uma intervenção profissional mais eficiente e eficaz.

3DADOS E REALIDADE ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

3.1 Metodologia executada

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que tem caráter amplo e apropriado para descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto sob ponto de vista teórico ou contextual. Esse tipo de revisão é desenvolvido por meio de análise e interpretação de produção científica existente, permitindo ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento. (ROTHER, 2017).

O motivo de escolher pela revisão narrativa de literatura foi à facilidade de acesso aos dados em artigos encontrados na internet, revistas, livros, sites referentes ao tema abordado no trabalho. E também por impossibilidade de realizar outras metodologias devido à presença da pandemia causada pelo coronavírus que estamos enfrentando desde ano de 2020, pois temos que cumprir com as normas da vigilância sanitária e o isolamento social, para que não venha aumentar a disseminação da doença para outras pessoas através de contato direto ou indireto e também adquirir a doença.

Então para responder à questão norteadora sobre as contribuições do Assistente Social no enfrentamento do Abuso Sexual Infantil no Brasil, foi acessado o Google Acadêmico, Scielo, 18º CBAS (2019) no período dos últimos 10 anos utilizando os termos delimitadores da pesquisa como violência, abuso sexual, criança e adolescente e Serviço Social como descritores para o levantamento.

Realizado uma pesquisa selecionando 5 artigos para análise sendo sobre Violência contra crianças no cenário brasileiro; As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes; Análise das Políticas Públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil; Assistente Social x Abuso sexual contra criança e adolescente: intervenção e instrumentalidade e A contribuição do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) para o enfrentamento da violência/ abuso sexual no município de Baião.

A apresentação detalhada dos artigos selecionados na fase da pesquisa, para uma melhor visualização das obras escolhidas que serão usadas para a revisão narrativa da literatura, se encontra esquematizada no Quadro 1, disposto a seguir.

Quadro 1 – Esquemática dos resultados

Autor	Título	Ano	Nome da Revista	Fonte da pesquisa
Nunes e Sales	Violência contra crianças no cenário brasileiro	2014	Ciência&Saúde Coletiva	SciELO
Florestino	As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.	2015	Revista de Psicologia	SciELO
Paixão e Deslandes	Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.	2010	Saúde e Sociedade	Google Acadêmico
Carvalho	Assistente Social X Abuso Sexual contra a Criança e Adolescente: intervenção e instrumentalidade.	2019	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	16º CBAS
Duarte e Lima	A contribuição do Centro de Referência Especializado da assistência social (CREAS) para o enfrentamento da violência/abuso sexual no município de Baião.	2019	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	16º CBAS

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Resultados

A leitura de várias obras selecionadas para esta pesquisa, nos fez perceber que as abordagens referentes ao assunto por cada autor possuem características em comum. Portanto, foi realizada em uma análise detalhada de cada autor apresentando a crítica literária. Então nesta seção, será realizada a apresentação dos resultados da pesquisa e aí nos propomos a narrar os principais assuntos de cada obra de referência a violência sexual a criança e adolescente.

Nunes Sales (2014) nos dizem que a violência é conhecida como uso da força física e ameaças contra si própria, contra outras pessoas ou grupos podendo resultar em lesões, morte, danos psicológicos e ou deficiências. A violência contra criança é um dos tipos que mais são cometidas, pois as condições peculiares de desenvolvimento da criança os colocam em grande dependência dos pais, familiares, cuidadores, poder público e da sociedade esse tipo de violência é muito necessário que tenha ações de controle e prevenção pelos setores sociais e profissionais de saúde, Conselhos Tutelar e outros.

A problemática alcançou relevância política e visibilidade entre a sociedade, principalmente a partir da década de 1990, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 8.069, que tem por finalidade: “Garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência”. Com isso, o Estado passou a ter instrumentos legais de proteção nas situações de violência na infância e na adolescência, tornando obrigatória sua notificação até mesmo nos casos de suspeita. (NUNES; SALES, 2014 p. 872).

A Organização Mundial de Saúde classifica a violência contra criança como abuso físico, sexual, emocional, psicológico entre outras formas. Assim, podemos ressaltar que essas violências podem prejudicar o crescimento e desenvolvimento das crianças.

Um ponto importante na violência contra criança é a faixa etária é predominantemente são os menores de cinco anos, pois quando menor de idade maior a sua vulnerabilidade e maior dependência para fazer suas atividades diárias tendo o risco maior de sofrer violência. Muitos pais, cuidadores, familiares e outros justificam o abuso físico que é o ato de bater ou espancar sendo como uma forma de educar a criança. (NUNES; SALES, 2014).

De acordo com Nunes e Sales (2014) a violência psicológica é considerada a mais difícil de ser detectada porque ela não deixa marca tão expressiva inicialmente sendo assim tornando a mais fácil de ser omitida. A violência sexual é um tipo mais comum em crianças maiores de cinco anos e elas não estão preparadas fisicamente, emocionalmente e socialmente para encarar a situação de violência sexual que a relação de poder do adulto sobre a criança.

O agressor de violência contra crianças é geralmente um dos membros da família porque as crianças são mais indefesas e dependentes da família. A mãe foi

considerada como principal agressor de alguns tipos de violência, pois muitas vezes ela que sempre está mais perto fisicamente da criança, tendo responsabilidade pelo cuidado afetivo e educacional. (NUNES; SALES, 2014).

Os efeitos da violência contra crianças podem aparecer em curto e longo prazo no que se refere aos aspectos biopsicossociais da criança agredida dificultando o seu desenvolvimento no meio social podendo ter a diminuição da capacidade de pensar e agir, assim convivendo com momentos de estresses por toda vida porque o evento da violência ficara marcado para sempre em sua memória. (NUNES; SALES, 2014).

Conforme Nunes e Sales (2014) a violência contra crianças deve ser entendida como forma grave de desrespeito aos direitos fundamentais e muitas vezes são tratadas como um fato natural ou como um modo particular dos pais lidarem com os filhos. Temos que ver essas situações como um problema grave de responsabilidade do Estado, sociedade civil e principalmente pelo familiar.

Realizada a narrativa dos dados encontrados em Nunes e Sales (2014), partiremos para o próximo autor. De acordo com Florestino (2015) a violência sexual pode ser compreendida a partir de duas especificidades: exploração sexual e o abuso sexual.

A exploração sexual é caracterizada pela relação mercantil que é o comércio do corpo/sexo, suas formas são pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. O abuso sexual se caracteriza por qualquer ação de interesse de adulto em relação à criança e adolescente que ocorre no âmbito intrafamiliar e extrafamiliar. Esse abuso também é conhecido por incesto que geralmente dura por um longo período e pode ser praticada com o conhecimento e cobertura de outros dos membros da família.

O abuso sexual é compreendido pela violação do corpo da vítima que gera lesões físicas, genitais, anais, outras formas é gestação, doenças sexualmente transmissíveis, hematomas, disfunções sexuais esses ferimentos são advindos de enforcamento, as lesões genitais não são consequências somente pela penetração, mas também pela introdução de objetos, dedos no interior da parte íntima. (FLORESTINO, 2015).

Conforme Florestino (2015) nos relata sobre alguns sintomas que acontecem depois do abuso sexual, são mal-estar difuso, dores abdominais agudas, crises de falta de ar e desmaio, problemas relacionados a alimentação. Esse tipo de violência pode trazer consequências psicológicas temporárias e permanentes, por exemplo, quase todas vítimas de abuso sexual sofrem com estresse pós-traumático que leva

a vítima a ter persistências ligadas aos traumas, diminuição da capacidade de usar a linguagem falada, alterações da identidade e entre outros.

Outra situação muito vivenciada pelas vítimas é o segredo que às vezes as crianças e adolescentes são obrigados e ameaçadas a permanecer em silêncio. As vítimas guardam o segredo muitas vezes pelo abusador ser uma pessoa da família e tem temor de contar e sofre castigos pelos seus genitores e também guardam os segredos porque se sentem responsável de manter a integridade da família. O abusado quase sempre tem o sentimento de culpa, com isso é necessário ouvir a criança e permitir que ela se expresse; esta culpa é um dos efeitos emocionais mais severos. (FLORESTINO, 2015).

Finalizada a narrativa dos dados encontrados em Florestino (2015), partimos para o próximo autor. Segundo Paixão e Deslandes (2010) a violência sexual contra criança e adolescente ocorrem em todos os estratos sociais que não se limitam a etnia, idade e credo. Suas consequências na vida da vítima perpassam pela esfera física, psicológica, sócio comportamental e sexual.

No ano de 1996 com o 1º Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de crianças e adolescentes seu enfrentamento e prevenção ganha maior destaque. Nestes primeiros encontros foram elaborados diretrizes, programas de ação e outros no nível nacionais e internacionais com objetivo de erradicar este tipo de violência. Em 2001 acontece o 2º Congresso Mundial que são firmados os avanços e reafirma o compromisso global de proteção das crianças e contra ao abuso e a exploração sexual. No ano de 2008 acontece o 3º Congresso neste foi apresentado a Declaração e Pacto do Rio de Janeiro que é o acordo de ações integradas pelo combater a violência sexual no mundo. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

No Brasil o abuso sexual de crianças e adolescentes ganha maior expressão política com a instituição do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que ampliam as atuações das organizações não governamentais, inicia-se fóruns, conselhos, consolidação dos movimentos sociais e políticas para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Para a efetivação do ECA inicia o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Crianças e Adolescentes com o compromisso de implementar conselhos em estados e municípios. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Conforme Paixão e Deslandes (2010) no ano de 1993 ocorreram no Brasil alguns marcos históricos no enfrentamento do abuso sexual infantojuvenil que foi elaboração da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que foi feito para

investigar as redes de exploração sexual, mostrando inúmeros casos de violação dos direitos infantojuvenil provando a falta de políticas sociais básicas e atendimentos as vítimas. Em várias cidades foram criados os centros de Defesa das Crianças e Adolescentes com objetivo de desenvolver mecanismos de proteção, prevenção e atendimentos as crianças e adolescentes e suas famílias.

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência criam Rede de Informações sobre a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes que é a criação de banco de dados já existente é ou em desenvolvimento que contribui com as políticas públicas. Esta associação cria também o Disque-Denúncia que com o passar dos anos começa a ser chamado de Disque 100 seu objetivo e de receber denúncias de qualquer violência sofrida pela criança, fazer a análise e encaminhar as denúncias aos órgãos de competências. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Desejando ter maior eficiência, efetividade e eficiência dos programas sociais de enfrentamento a violência sexual em 2000 foi criado O Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, foi criado com a proposta de assegurar à proteção integral as crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual, com a intenção de desenvolver conjuntos de ações que permitir que a intervenção no combate à violência sexual infantojuvenil seja político, técnica e financeira.

No Programa Sentinela suas diretrizes e normas são estabelecidas pela portaria nº 878/2001 com finalidade de atender no âmbito da política de assistências, fazendo o resgate e a garantia dos direitos, o acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, esporte, lazer, justiça, segurança e entre outros. A implementação do Programa Sentinela foi realizada por meio da criação de Serviços de Centro de Referência com estrutura física e recursos humanos para desenvolvimento dos atendimentos sociais especializados. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Realizada a explanação do autor Paixão e Deslandes (2010), partimos para o próximo autor. Segundo Carvalho (2019) o assistente social é um profissional que trabalha na garantia e defesa da emancipação política dos usuários com a perspectiva revolucionária através da práxis social para com que seu trabalho vai além do limite da profissão este trabalho do profissional e no meio do cenário de desmonte dos direitos. A atuação profissional do assistente social se desenvolver com sujeitos com

questões objetivas e subjetivas que vivenciaram impactos de algumas ou muitas manifestações da questão social.

As intervenções da profissão devem ser apalçadas no Projeto Ética Político da Profissão, Código de Ética e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Mesmo diante dos meios que direciona a categoria é crucial que os profissionais tenham um preparo para trabalhar direto ou indiretamente com as vítimas da violência. É fundamental que exista um comprometimento profissional sobre suas intervenções para romper os preconceitos e ampliar a crítica do trabalho do assistente social, é importante que articule a teoria a prática para concretizar a práxis no serviço social. (CARVALHO, 2019).

De acordo com Carvalho (2019) os assistentes sociais que atuam com vítima de violência têm a responsabilidade de articular a teoria a prática com a finalidade de construir intervenções e desejam a transformação da realidade apresentada é e importante estudar e pesquisar a realidade social. No cotidiano de trabalho dos profissionais de Serviço Social lida com diversas expressões da questão social e trabalham com inúmeras violações de direitos que afetam a vida da classe trabalhadora, os assistentes sociais tem o trabalho de cobrar a responsabilidade do Estado pelos direitos e de intervir nas questões sociais.

O uso da instrumentalidade é importante no trabalho com a violência, porque dar base para atuação. A capacidade de ação e os modos de intervenção vêm se materializando pelos diferentes órgãos de Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes na promoção e proteção estão os órgãos CRAS e CREAS na defesa está o Tribunal de Defesa. (CARVALHO, 2019).

O abuso sexual infanto-juvenil mesmo que tenha avanços significativos ainda é considerado como tabu e como invasão de privacidade essa discussão. No abuso sexual intrafamiliar tem grande dificuldade de intervir por causa da cultura da própria família, o nível de segredo, as ameaças que a vítima pode ter ou estar sofrendo, o preconceito, a vergonha e entre outros. Desmistificar a sexualidade é necessário para ter uma melhor intervenção profissional com a vítima de abuso. No Brasil há grandes avanços nos aspectos da violência sexual até mesmo nos aspectos legais, pois antigamente apenas a penetração era considerada crime de estupro já na atualidade só passar a mão do órgão genitais das crianças e adolescentes é considerado juridicamente crime de estupro. (CARVALHO, 2019).

Carvalho (2019) relata que a partir da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente que todas as crianças passaram a ser sujeito de direito sem discriminação de cor, sexo e outros passando a ser prioridade absoluta nas políticas públicas.

Assim, o ECA já há tempos indica a necessidade da formulação e ação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e de sua implantação por meio das políticas sociais e públicas. São as políticas públicas que devem oferecer terreno fértil para a concretização das intervenções profissionais na promoção, defesa e mobilização social frente à violência sexual contra o público infanto-juvenil. Afinal, que Sistema é esse? Quais as possibilidades de atuação profissional diante da situação da suspeita ou revelação do abuso sexual por parte de crianças e adolescentes? (CARVALHO, 2019, p. 8).

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente é composto por eixos de Promoção, Defesa e Mobilização e Controle Social dos Direitos das Crianças e Adolescentes. O eixo da Promoção e o desenvolvimento de política de promoção e proteção e composta pelo poder executivo, através da realização das políticas sociais que são assistência social, saúde, educação, lazer e outros. (CARVALHO, 2019).

Conforme Carvalho (2019) a área da assistência social a política de atendimento é desenvolvida pelo SUS e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome são categorizados pela Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica é constituída pelo Centro de Referência de Assistência Social que são unidades públicas que trabalham no fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, a Proteção Social de media complexibilidade é constituída pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Centro Especializado de Assistência Social para a População de Rua. A Proteção Social de alta complexibilidade é composta por serviços de acolhimentos institucionais como abrigos, repúblicas e outros.

O eixo da Defesa é o acesso à justiça e aos recursos jurídicos para a proteção da criança e do adolescente este eixo é composto pela Vara da Infância e Juventude, o Conselho Tutelar e Ministério Público. A Vara da Infância os processos que chega são direcionados para estudo sociais geralmente são de adoção, acolhimentos, integração familiar e outros. O eixo da Mobilização e Controle Social é composto por conselhos setoriais, pela sociedade civil é e um eixo que tem muita relevância histórica. A atuação do assistente social está distribuída pelos eixos SGDCA, suas

intervenções dever ser em concordância com o contexto, e necessário que amplie o conhecimento sobre a temática, e se orientar pela ética profissional e entender a instrumentalidade e usá-la, mas não está restrita a ela. (CARVALHO, 2019).

Após completar a descrição dos dados em Carvalho (2019), continuaremos a estudar o próximo autor. De acordo com Duarte e Lima (2019) a violência contra criança e adolescente é um tema que deve estar sempre em evidência especialmente a violência sexual é este tipo de violência deve ser combatida por meio das políticas públicas e sociais que são devolvidas para proteção das crianças. A violência sexual é extremamente prejudicial e interfere diretamente nos relacionamentos, nas autoimagens, nos afetos e sensações das vítimas que dificultam a vivência do prazer.

O Programa Sentinela tinha o objetivo de prevenir e combater a violência, abuso sexual, exploração sexual e o comércio de crianças e adolescentes sua atuação era apoiada pela Política de Garantia e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Com o novo contexto o Programa Sentinela foi substituído por novos serviços ofertados pelo CREAS que oferece orientação, proteção e acompanhamento psicossocial individual a criança, adolescente e seus familiares em situação de risco ou violação de direitos. (DUARTE; LIMA, 2019).

Percebe-se que o trabalho desenvolvido pelo CREAS tem relevância e se materializa quando identificar o aumento nas demandas de atendimentos às vítimas de abuso e exploração sexual, isto quer dizer que as vítimas estão denunciando mais assim realça que as campanhas estão surtindo efeitos e que a sociedade está percebendo a importância de denunciar as violências. Cabe ressaltar que os avanços das campanhas se dão também devido ao trabalho de rede em CREAS, Delegacias de Polícia e entre outros dispositivos. (DUARTE; LIMA, 2019).

Segundo Duarte e Lima (2019) a atuação do assistente social nos CREAS deve ser pautada no Código de Ética da profissão que assim contribui para a evolução do atendimento ao usuário, seu trabalho em parceria com os psicólogos e muito importante suas principais atividades desenvolvidas são as fortalecimento de vínculos dos que tiveram seus direitos violados.

O CREAS que foi citado pelos autores inovou a campanha de combate ao abuso e exploração sexual de criança que foi fazer atividades lúdicas com vídeos e histórias sobre o tema e como denunciar esta atividade era desenvolvido da primeira infância até o ensino médio, mas respeitava as faixas etárias. Durante a atividade

lúdica cabe ao assistente social usar de sua observação para conseguir identificar cada sinal imitados pelos usuários. (DUARTE; LIMA, 2019).

Conforme Duarte e Lima (2019) nos dizem que os assistentes sociais devem ter como base a Lei de Regulamentação da Profissão, com isso os profissionais devem ter um olhar mais crítico para compreender o contexto histórico-social que situa sua interação trazendo novos aspectos para a instituição, uma vez que os usuários já chegam fragilizados a instituição e percebendo o trabalho integrado do assistente social com psicólogo faz uma grande diferença e o usuário se sinta mais segura.

3.3 Discussão

Nunes e Sales (2014) relatam que a violência é referida como o uso de forças e ameaças a si mesmo, a outra pessoa ou grupo, que podem levar a lesões, morte e danos psicológicos. A violência contra criança é uns comportamentos violentos mais comuns, porque as condições especiais de desenvolvimento das crianças os tornam fortemente dependentes dos pais, familiares, cuidadores, instituições públicas e da sociedade.

De acordo com Maia e Barreto (2012) nos diz que a violência está presente em todas as culturas, gêneros, faixa etária, etnias e classes sociais trazendo violação nas condições físicas, psíquicas, intelectuais e outras sendo relações interpessoais e coletivas. Falar de criança e adolescente no Brasil não pode deixar de falar da violência, pois traz grande transtorno físico, emocionais e psicológicos prejudicando no desenvolvimento pessoal, social, sexual das crianças e adolescentes.

A violência sexual pode ser entendida a partir de duas características: exploração sexual e abuso sexual. A exploração sexual é caracterizada por relações mercantis, ou seja, suas formas de transações são pornografia, turismo sexual e prostituição. O abuso sexual é definido por qualquer comportamento sexual que ocorre dentro e fora da família. (FLORESTINO, 2015)

A violência sexual e qualquer atividade sexual mais esta violência não se limita ao ato sexual incluir as práticas de caricias, manipulação de genitália, os agressores fazem uso da força física, ameaças, ações de tráfico de mulheres para prostituição, comentários sexuais indesejáveis e outras. Os atos são cometidos por pessoas conhecidas ou desconhecidas das vítimas. (ESPINDOLA; BATISTA, 2013).

Conforme Florestino (2015) nos relata que alguns sintomas que acontece depois do abuso sexual são mal-estar difuso, dores abdominais agudas, crises de falta de ar e desmaio, problemas relacionados alimentação. Esse tipo de violência pode trazer consequências psicológicas temporárias e permanentes, por exemplo, quase todas vítimas de abuso sexual sofrem com Estresse Pós – Traumático que leva a vítima a ter persistências ligadas aos traumas, diminuição da capacidade de usar a linguagem falada, alterações da identidade e entre outros.

Espindola e Batista (2013) a violência sexual traz consequências psicobiológicas, psicológicas e sócias. As crianças e adolescentes vítima desta violência desenvolve quadros de depressão, ansiedade, transtornos alimentares, estresse pós-traumático entre outros.

No Brasil o abuso sexual de criança e adolescente ganha representação política com o Estatuto da Criança e Adolescente. A lei amplia a atuação das organizações não governamentais, fóruns e conselhos para a consolidação de campanhas sociais e políticas. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

De acordo com Meireles e Carvalhos (2018) foi criada uma lei específica para proteção das crianças e adolescentes que é a Lei 8.069 de 1990 nomeado de Estatuto da Criança e Adolescente, ao longo dos anos o Brasil cria programas de atendimento as crianças e adolescentes.

Para melhorar a eficiência, eficácia e eficiência dos programas sociais de resposta à violência sexual em 2000, foi formulado o "Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes", com recomendações feitas para garantir a proteção integral das crianças e adolescentes. sob circunstâncias ou riscos. Violência sexual, que visa a formulação de um conjunto de ações para que a intervenção na violência sexual contra crianças e adolescentes tenha relevância política, técnica e econômica (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Em concordância Paixão (2010) relata que o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente é a principal política pública do Brasil que tem a intenção de assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação ou risco de violência sexual sua finalidade e devolver ações para permitir umas intervenções para o combate ao abuso sexual infanto-juvenil.

No Programa Sentinela, o Decreto nº 878/2001 estabeleceu suas diretrizes e normas para o cumprimento das políticas assistenciais, salvaguardar e proteger direitos, acesso aos serviços de assistência social, saúde, educação, esporte, lazer,

justiça, segurança, etc. O Programa Sentinela foi implementado com a criação de um serviço de centro de referência com estrutura física e recursos humanos para desenvolver um atendimento social especializado. (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

De acordo com Almeida e Goto (2011) o Programa Sentinela foi criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social é um programa destinado ao atendimento social especializado em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, hoje em dia o programa é integrado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

A intervenção da profissão de Serviço Social deve ser pautada no "Projeto de Ética Política Profissional", "Código de Ética" e "Diretrizes Curricular ABEPSS". Mesmo diante dos meios indicados nesta categoria, é fundamental que os profissionais estejam preparados para atuar direta ou indiretamente com as vítimas de violência. É imprescindível o comprometimento profissional com suas intervenções para romper preconceitos e ampliar as críticas ao trabalho dos assistentes sociais é importante esclarecer teorias e práticas para concretizar as práticas do serviço social. (CARVALHO, 2019).

O profissional de Serviço Social para trabalhar com a violência sexual suas atuações devem ser pautadas na Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente, Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão. (PAZ, 2018).

Segundo Carvalho (Carvalho, 2019), os assistentes sociais que trabalham com vítimas de violência têm a responsabilidade de articular teoria e prática para estabelecer intervenções, e esperam estudar e estudar a realidade social mudando a realidade apresentada. No dia a dia dos profissionais do serviço social, eles lidam com diferentes formas de expressar os problemas sociais e se engajam em muitos trabalhos que violam os direitos da classe trabalhadora. A função dos assistentes sociais é exigir que o Estado seja responsável pelos direitos e intervenha. Sobre questões sociais.

Para compreender a maneira que o assistente social se insere trabalho com as demandas relacionadas a violência sexual sendo necessário evidenciar as questões do Brasil para atuação profissional da relação teoria e prática do Serviço Social, considerar a relação da profissão com a reprodução relações sociais e o enfrentamento das expressões das expressões da questão social. (BEUTER, 2019).

Segundo Duarte e Lima (2019), a atuação do assistente social no CREAS deve ser norteada por este código de ética profissional, contribuindo assim para o desenvolvimento do atendimento aos usuários, sua cooperação com psicólogos e um

papel muito importante. Sua principal atividade é fortalecer os laços das pessoas cujos direitos foram violados. A atuação do assistente social no CREAS deve ser pautada no Código de Ética da profissão e na Lei de Regulamentação da profissão fazendo uso de instrumentos como planejamento de suas atividades a serem desenvolvidas, visitas domiciliares, parecer social, execução de atividades com público-alvo de demandas para desenvolver a prática profissional. Para o profissional realizar as intervenções na realidade é fundamental o uso das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo. (ROHOR; PINTO; FEREGUETTI, 2017).

O serviço Social se configura como a profissão que intervém no enfrentamento das questões sociais em suas variadas formas de expressão, atua como mediador entre o Estado e a Sociedade na implantação de políticas públicas, a fim de buscar melhorias e mudanças na realidade de uma parcela da população que seus direitos não estão sendo efetivados. Cabe ao Assistente Social investigar, conhecer, estudar a realidade em que está inserido, para que assim possa usar intervenções que de fato irão fazer nas diferentes esferas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi de extrema importância, pois vimos como este assunto está presente no meio extra - familiar, intrafamiliar na sociedade sendo assim muitos não sabem como realizar os caminhos com a vítima ou até mesmo identificar os casos de abusos sexuais na criança e no adolescente.

Vimos então, que a violência sexual apesar de ser um tema cada vez mais emergente, continua sendo subnotificada e de difícil constatação, necessitando maiores investimentos para a sua descoberta. Entendida como um fenômeno histórico, universal que causa danos indelévels às suas vítimas e familiares, assim então, deve ser prevenido, evitado com intervenções precoces no sentido de proteção às vítimas devem ser instituídas.

Notamos durante as pesquisas que o profissional assistente social vem tendo uma contribuição de grande importância no tema abuso sexual referente à criança e adolescente. Desta forma, a profissão de Serviço Social trabalha na conjuntura social da violência sexual com sua atuação pautada nas Leis que dispõe sobre as crianças e adolescentes os seus trabalhos são diretos e indiretos com as vítimas de violência sexual em várias esferas e dispositivos como CREAS, CRAS, Saúde, Conselho Tutelar entre outros.

Então, em nossa última categoria, demonstramos os caminhos que cada vítima deve fazer, tentamos colocar o início que falava sobre a desconfiança do que a criança estava relatando, a dificuldade desta de relatar, a denúncia deste abuso e então o encaminhamento completo que esta deve percorrer. E foi assim que descrevemos cada conteúdo pesquisado e analisado estes à luz da literatura. Então, queremos dizer com isso que a visão desta temática deve ser uma visão especializada, onde nem sempre o foco é apenas a criança vitimizada, como também o agressor e os profissionais que acolhem está. Por isso, este estudo foi de grande relevância para ampliarmos a nossa perspectiva de cuidado a temática violência sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana. LOURENÇO, Leila Moura. **Como a violência doméstica/intrafamiliar foi vista ao longo do tempo no Brasil**: breve contextualização.(2012). Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/4835/483549016003.pdf>>. Acesso em: 03 mar2021.

ALMEIDA, Bernadete Pereira de. GOTO, Tommy Akira. **Intervenção e cuidado com crianças e adolescentes vitimizadas**: atuação do psicólogo no Programa Sentinela (CREAS) em Poços de Caldas (MG).(2011). Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/TommyGoto/publication/261562305_08/links/00b7d534b2313d7734000000/08.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

ABREU. Marina Maciel. **Serviço Social ea organização da cultura**:perfis pedagógicos daprática profissional. São Paulo; Cortez, 2002.

BAPTISTA, Rosilene Santos. et al**Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela***. (2008). Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000400011&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 mar 2021.

BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra. MARTINS, Ana Maria Alves. MARQUES, Jéssica Nayara dos Reis. **Violência sexual infanto juvenil**: uma análise sobre o agressor. (2019). Disponível em <<http://revistas.funorte.edu.br/revistas/index.php/humanidades/article/view/38/18>>. Acesso em: 10 mar 2021.

BRASIL. **Lei N° 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 16 Jul 1990. Seção 1.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Orientação para gestores e profissionais de saúde. Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências**. Brasília – DF, 2010. Acesso em: 06 maio 2021

BEUTER, Gabrielli. **Violência sexual infantojuvenil e a atuação profissional do assistente social**:estado da arte no campo da saúde. (2019). Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204793>>. Acesso em: 19 mar 2021

CONSTANTINO, Lilia Cristina Carvalho Santos. **Perfil do agressor e as consequências biopsicossociais do estupro de vulnerável em crianças**.(2017). Disponível em: <https://ulbra-to.br/bibliotecadigital/uploads/document5e1e093bc9121.pdf>. Acesso em: 20 mar 2021

CIEPALK, Janete kaefer. MARCOMIM, Ivana. **A atuação do Serviço Social na prevenção a violência doméstica de crianças e adolescentes do Serviço de**

Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Paraíso-SC. (2019). Disponível em <<https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/9206>>. Acesso em: 20 mar 2021

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Assistente social x abuso sexual contra a criança e adolescente:** intervenção e instrumentalidade. (2019). Disponível em <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1812>>. Acesso em: 03 maio 2021.

DESLANDES, S.F. Prevenir **A violência:** um desafio para os profissionais de saúde. Rio de Janeiro (RJ): FIOCRUZ /Claves; 1997. Acesso em: 10 maio 2021.

DUARTE, Silvia Cristina de Oliveira. LIMA, Marisa Elenice Silva. **A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL NO MUNICÍPIO DE BAIÃO.** (2019). Disponível em <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1110>>. Acesso em: 03 maio 2021.

ESPINDOLA, Glauco Anderson. BATISTA, Vanderléia. **Abuso sexual infanto-juvenil:** a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. (2013).Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 maio 2021.

FACURI, Cláudia de Oliveira. et al **Violência sexual:** estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. (2013). Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v29n5/08.pdf>>. Acesso em: 23 mar 2021.

FARAJ, Suane Pastorijsa. SIQUEIRA, Aline Cardoso. **O atendimento e a rede de proteção da criança e do adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS.**(2012). Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2097>>. Acesso em: 19 mar 2021.

FLORESTINO, Bruna Ricardo Bergano. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000200139&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 mai 2021.

GUIOTTI, Thaís Assis Motta. OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias. SILVA, Maria das Neves Firmino. **A perspectiva do assistente social atuante na assistência hospitalar sobre a violência doméstica contra crianças e adolescentes.** (2016). Disponível em <<https://www.scielo.org/article/sausoc/2010.v19n1/114-126/pt>>. Acesso em: 20 mar 2021.

LORDELLO, Silvia Renata Magalhães. COSTA, Liana Fortunato. **Violência Sexual Intrafamiliar e Gravidez na Adolescência:** Uma Leitura

Bioecológica.(2020).Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722020000300216&script=sci_arttext. Acesso em: 08 mar 2021.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes.** (2020). Disponível em<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/mai/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. 09 mar 2021.

MEIRELES, Livia Viana Gomes. CARVALHO, Thamara Samyram's dos Santos. **O abuso sexual infanto-juvenil em interface com as redes de enfrentamento: uma revisão sistemática.** (2018). Disponível em <<https://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/139>. 15 mar 2021.

MENEGHEL, Stela Nazareth. PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários.** (2017). Disponível em <<https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n9/3077-3086/>. Acesso em: 10 mar 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Impactos da violência na saúde dos brasileiros.** (2005). Acesso em: 02 mar 2021.

MACEDO, Davi Manzini et al **Revisão sistemática de estudos sobre registros de violência contra crianças e adolescentes no Brasil.** (2019). Disponível em <<http://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n2/487-496/>. Acesso em: 05 mar 2021.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy. JORGE, Maria Helena Prado de Mello. **Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil.**(2010). Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000200005. Acesso em: 20 mar 2021.

MALGARIM,Bibiana Godoi. BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. **O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo.** (2010). Disponível em <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/3495/2604>. Acesso em: 20 mar 2021.

MAIA,Angela Costa. BARRETO, Maíra. **Violência contra crianças e adolescentes no Amazonas: análise dos registros.** (2012). Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141373722012000200003&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 03 mai 2021.

MINAYO, M.C.S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M.F. (Org.). **Violência e criança.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Acesso em: 10 mai 2021.

MINAYO, M.C.S. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. p.10-33. Acesso em: 10 mai 2021.

NEVES, Anamaria Silva et al **Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares.** (2010). Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100009>. Acesso em: 11 mar 2021.

NUNES, Antonio Jakeulmo. SALES, Magda Coeli Vitorino. **Violência contra crianças no cenário brasileiro.** (2014). Disponível em <<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n3/871-880/pt/>>. Acesso em: 03 mai 2021.

NASCIMENTO, Gracilene Pereira de Sousa. **Doenças sexualmente transmissíveis (dst's): medidas preventivas no centro de educação João Paulo I, na cidade de matões/ma.** (2017). Disponível em <http://bia.ifpi.edu.br/jspui/bitstream/prefix/125/1/art_2017_gpsnascimento.pdf>. Acesso em: 11 mar 2021.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley. DESLANDES, Suely Ferreira. **Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.** (2010). Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/09.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2021.

PEREIRA, Camila de Alencar. **Representações sociais sobre o Abuso sexual infantojuvenil: um estudo com juízes e profissionais psicossociais.** (2017). Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12163/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2021.

PAZ, Loreнна Nayra Capuzo da. **Enfrentamento da violência sexual infantojuvenil: um desafio para o assistente social da saúde**(2018). Disponível em <2018_LoreннаNayraCapuzoDaPaz_tcc.pdf (unb.br)>. Acesso em: 25 mar 2021.

Paula F.O.Q Paiva- **Possibilidades de atuação do psicanalista no CRAS-vínculo-** Revista do Nesme – 2015. Acesso em: 07 mai 2021.

RIBEIRO, M. O.; DIAS, A.de F. **Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da literatura.** Rev. esc. enferm. USP, Jun 2009, vol.43, no.2, p.465-471. ISSN 0080-6234. Acesso em: 07 mai 2021.

ROSENDA, Larissa Carlos. JUNIOR, Tarcísio Clésio Neres Nunes. CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos. **Violência, direitos humanos e educação como forma de atenuar a violência.** (2019). Disponível em <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1365>>. Acesso em: 27 mar 2021.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** (2007). Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000200001&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 30 abr 2021.

ROHOR, Ana Paula Marchete. PINTO, Ellis Angela Reis. FEREGUETTI, Jasmini Calmon. **O CREAS e o Serviço Social em relação ao idoso.** (2017). Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/16555>>. Acesso em: 10 mai 2021.

SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos. ARAÚJO, Etasmda Maria Dias. **A atuação do conselho tutelar na política de proteção à criança e ao adolescente de Parnaíba-Piauí.** (2020). Disponível em <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15314/12623>>. Acesso em: 20 mar 2021.

SANTOS, Cleane Vieira dos. MATOS, Simone Santos Silva. SANTOS, Valdeniza Ribereira da Silva. RIBEIRO, Wesley Carlos Rocha. **Atuação do assistente social no enfrentamento da violência sexual em face de crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar.** (2018). Disponível <https://facunicamps.edu.br/repositorio/28_Atua%C3%A7%C3%A3o%20do%20assistente%20social%20no%20enfrentamento%20da%20viol%C3%Aancia%20sexual%20em%20face%20de%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes%20no%20%C3%A2mbito%20intrafamiliar..pdf>. Acesso em: 20 mar 2021.

VELOSO, Caíque et al **Violência auto infligida por intoxicação exógena em um serviço de urgência e emergência.** (2017). Disponível <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472017000200411&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 mar 2021.